



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2012

Ano 37 – Nº 208

A memória “perigosa” de João Pedro Teixeira nos 50 anos de sua morte

Páginas 8/9

Foto: Carmelo Fioraso



Foto: CPT Nacional



**Manter a esperança em tempos de aridez:
Assembleia da CPT elege nova direção e
define prioridades**

Página 10

EDITORIAL

Entre avanços e tropeços

Nos meses de abril e maio algumas ações nos âmbitos dos poderes Legislativo e Judiciário nos surpreenderam positivamente. Outras continuaram o caminho normal da história brasileira, em que a elite dominante, sobretudo a rural, acaba dando as cartas. No Supremo Tribunal Federal, STF, a decisão a favor dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, num processo que se estendia por 30 anos, foi uma das surpresas positivas: foram anulados os títulos concedidos irregularmente, pelo governo da Bahia, a ocupantes da área indígena. Ainda no STF o reconhecimento da constitucionalidade das políticas de cotas raciais e das cotas sociais para o ingresso no ensino superior que garantem vagas para afrodescendentes, indígenas e estudantes egressos do ensino público, também é muito positivo.

No Congresso a boa novidade foi a aprovação, 11 anos depois, da PEC 438, que determina o confisco de áreas em que se deu a exploração de trabalhadores, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo.

Já em relação ao Código Florestal que foi aprovado em segunda votação, contra a vontade explícita do poder executivo e contra os anseios da nação brasileira, o resultado segue a lógica da anomalia em que se assenta o Congresso Nacional. A população rural brasileira, que segundo o Censo de 2010 é de 16% do total, tem um representação de 254 deputados, 49,5% da casa que se articulam na Frente Parlamentar da Agropecuária. Na realidade esta frente representa mesmo, são os pouco mais de 9% dos proprietários rurais com áreas superiores a 100 hectares, representação que escondem com o discurso da defesa dos pequenos proprietários. Os 12 vetos e as 32 alterações interpostos ao projeto pela presidenta Dilma, que num primeiro momento pareceram um avanço significativo, estão sendo apontados como um real retrocesso. O próprio governo, segundo a Via Campesina, é responsável pela flexibilização das leis ambientais por apostar numa convivência pacífica entre agronegócio e agricultura camponesa. Marina Silva compara o amontoado de remendos que se tornou o Código com as propostas editadas na MP 571/2012 a uma pinguela (ponte improvisada com o tronco de uma árvore) para atravessar o período da Rio + 20. Depois a sanha dos ruralistas contra a legislação ambiental vai voltar com mais força.

Os relatos dos “ impactos socioambientais, cada vez mais violentos e acelerados, que atingem diretamente toda a sociedade”, mas de modo particular os trabalhadores e trabalhadoras do campo, como foram apresentados à XXIV Assembleia da CPT mostram que “ não há limites para a voracidade do capital.”

Parte destes impactos violentos estão consubstanciados no relatório Conflitos no Campo 2011 que a CPT lançou em 7 de maio, onde se constata o aumento dos conflitos e de diversas formas de violência. Violência que continua em chacina e assassinatos nos primeiros meses deste ano. Violência que foi lembrada nas comemorações dos 50 anos da morte de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, que verteu seu sangue em terras da Paraíba, em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A voz dos profetas bíblicos já denunciava a realidade sofrida do povo. Esta voz se atualizou para a realidade do mundo moderno pelo Concílio Vaticano II e para a realidade latinoamericana, em Medellin e Puebla. Hoje, a voz dos Bispos da Bolívia se levanta para dizer que o aquecimento global e as mudanças climáticas são provocados pelo “comportamento consumista irracional, a acumulação escandalosa de bens e a exploração sem medida dos recursos e das energias naturais”. As vítimas das catástrofes naturais, porém, merecem nossa solidariedade com fez a CPT do Acre.

É isso que vai ser encontrado nesta edição.

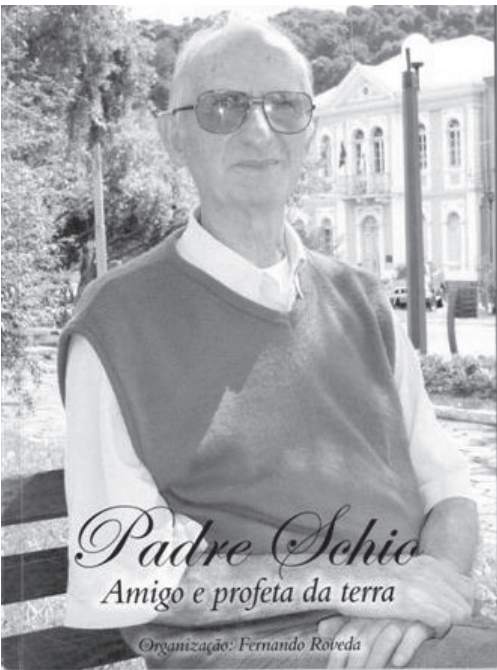


LEGAL!
Otimismo – Realidade
– Esperança -
Luc Vankrunkelsven

Este livro reúne crônicas sobre o itinerário de viagem ao Brasil, com visitas a universidades, Comissão Pastoral da Terra, movimentos ambientais, escolas e organizações rurais. Um relato sobre as impressões captadas pelo olhar atento de Luc Vankrunkelsven, que, desde o ano 2000, realizou 17 viagens ao país. Foram peregrinações de ônibus, avião e muitas vezes a pé, em diversas regiões do “continente” que é o Brasil.

**Padre Schio – Amigo e Profeta da terra –
Fernando Roveda (org.)**

A partir do encerramento do Concílio Vaticano II, cresce o movimento da Igreja no sentido de ir para a Base, no meio do povo e realizar aí o que se vinha fazendo com elites militantes de movimentos. O concílio induziu a Igreja a uma nova Encarnação para esse novo momento da história. Fé e vida, promoção humana e evangelização. Jesus Cristo no meio do seu povo. A comunidade. A base. Pe. João Schio membro da CPT, participou dessa caminhada em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Essa publicação traz elementos valiosos dessa memória e de sua história.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.
CCFD

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Em São Paulo, Tribunal Popular da Terra julga o Estado brasileiro

A cidade de São Paulo recebeu de 20 a 22 de abril o Tribunal Popular da Terra, evento realizado desde 2008 e que reúne mais de 200 movimentos sociais e entidades. Com o objetivo de promover o debate sobre as questões agrárias e o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo, o Tribunal julgou simbolicamente o Estado brasileiro, o agronegócio e o latifúndio, pelos crimes cometidos contra as famílias

do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), pelas expulsões de comunidades de suas terras para darem lugar às obras da Copa do Mundo e à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, dentre outros. A cidade de Curitiba e sua busca pelo título de cidade modelo também foram colocadas em discussão. O júri analisou as políticas e a publicidade do governo municipal, que esconde o fato de que este desenvolvimento acontece por meio do desrespeito aos direitos civis de muitos cidadãos.

Tribunal Regional Federal manda arquivar processo contra advogado da CPT de Marabá (PA)

O Tribunal Regional Federal (TRF) determinou que a Justiça Federal de Marabá (PA) archive, em definitivo, o processo penal movido contra José Batista Gonçalves Afonso, advogado da CPT, condenado a dois anos e cinco meses de prisão pela ocupação do prédio do Incra, em 1999. O presidente do TRF, desembargador Olindo Meneses, concordou com os argumentos da defesa de Batista, que dentre outros pontos, alegava a prescrição do suposto crime. Em julgamento realizado no ano passado, a pena do advo-

gado já havia sido reduzida para um ano e 11 meses, com direito a cumprimento de pena alternativa. A condenação de Batista causou comoção entre aqueles que conhecem sua história como defensor dos direitos dos trabalhadores rurais. Ainda que o processo tenha sido arquivado, o julgamento do advogado da CPT é uma evidente tentativa de criminalização das lideranças dos movimentos sociais, já que na época da ocupação do Incra, Batista, um estudante de direito, atuava como assessor dos movimentos sociais.

Cimi completa 40 anos

Neste ano, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) comemora 40 anos de atuação em defesa dos povos indígenas. O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

Hoje, após quatro décadas de tra-



Foto: CIMI

balho, de articulação de missionários e de enfrentamento do descaso do Estado em relação às questões indígenas, a situação em que se encontram estes povos em todo o país mostra que ainda há muito para ser feito. A CPT parabeniza o Cimi pela data e pela incansável luta e ação profética, sem nunca abaixar a cabeça diante daqueles que se armam contra os direitos indígenas.

CPT disponibiliza publicação Conflitos no Campo Brasil em seu site

Todas as edições do livro Conflitos no Campo Brasil, pesquisa sobre a questão agrária em todo o país publicada anualmente pela CPT desde 1985, estão disponíveis no site: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=734&Itemid=103. A publicação registra os conflitos por terra, pela seca e pela água, os assassinatos, as ameaças de morte, as prisões, os dados referentes ao trabalho escravo, as manifestações realizadas por trabalhadores, dentre outras informações.

Condenado pelo massacre de Corumbiara perde patente de oficial da PM

Em Rondônia, oficial condenado pelo massacre de Corumbiara perdeu patente de oficial da PM, porém continua mantendo o seu salário, apesar de condenado a 19 anos de prisão. O Diário Oficial do Estado publicou no dia 7 de maio, o Decreto nº 16.721, que cassa o posto e a patente de oficial da Polícia Militar de Rondônia, do major Vitorio Régis Mena Mendes. Mena Mendes foi o subcomandante do grupamento de policiais militares na chacina de Corumbiara, em 1995. No massacre, morreram policiais militares e vários sem-terra, na fazenda Santa Elina, em Corumbiara, divisa com o município de Cabixi. Na decisão, os desembar-



Foto: CPT Nacional

gadores da 1ª Câmara decidiram, por maioria, que apesar da gravidade do caso, o oficial teve uma vasta folha de serviços oferecidos ao Estado, e, desde sua condenação, nunca esteve envolvido em outra transgressão, no lapso temporal de 10 anos, por isso decidiram manter seu salário.

Presos coronel e major responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás

16 anos após o episódio que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás, o Tribunal de Justiça do Pará expediu no dia 7 de maio, mandado de prisão contra coronel Mario Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveria. O coronel entregou-se no mesmo dia 7, e o major Oliveira, no dia seguinte.

O massacre aconteceu em 17 de abril de 1996, no município que lhe deu o nome, no sul paraense. Cerca de 1,5 mil sem-terra acampavam na região e realizavam uma marcha na rodovia PA-150, na assim chamada curva do S, em protesto contra a demora na desapropriação de terras. Para retirar os militantes, 155 PM's foram enviados

ao local e acabaram abrindo fogo contra os trabalhadores e trabalhadoras sem terra que estavam na mobilização. 19 sem-terra morreram no ato, outros dois morreram posteriormente em decorrência dos ferimentos sofridos. Outros 66 feridos sobreviveram.

Em julgamento, em 2002, o coronel Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão, e o major Oliveira a 158 anos e quatro meses, acusados de comandar a operação. Os demais policiais que participaram da ação foram absolvidos. Os condenados foram presos no final de 2004, mas obtiveram habeas corpus e foram soltos no final de 2005 e estavam em liberdade até a decisão judicial do dia 7 passado.

ARTIGO

Código Florestal construído sobre anomalias do Congresso Nacional

ANTÔNIO CANUTO*

*A Câmara dos Deputados, em abril e maio, votou duas matérias da maior importância:
O novo Código Florestal e a PEC 438.*

Código Florestal

Um dos assuntos que mais polarizou as atenções do país foi o da votação do novo Código Florestal Brasileiro. O projeto, aprovado em segunda votação, pela Câmara dos Deputados, no dia 25 de abril, por 360 votos a favor, marcou mais uma derrota do governo Dilma. Na primeira votação, em 2011, o projeto, construído ao gosto dos ruralistas, havia sido aprovado por 410 votos a favor e 63 contra, e 1 abstenção. As alterações costuradas e aprovadas no Senado foram abandonadas. Com esta aprovação que flexibiliza leis ambientais e anistia crimes ambientais, só restava à presidenta fazer uso do seu poder de veto, para honrar a palavra dada durante a campanha de não aceitar recuos na legislação ambiental. Ela poderia vetar o projeto integralmente, como pedia mais de dois milhões de assinaturas, mas optou pelo veto parcial. Foram 12 os vetos e 32 modificações ao projeto do Código Florestal. A nova lei recebeu o número 12.651/2012, e nasce remendada pela Medida Provisória (MP) 571/2012, que reúne as alterações propostas pelo governo.

Nos embates em torno ao Código Florestal, de um lado estavam os latifundiários e empresários rurais, representados pela poderosa bancada ruralista que oficialmente se denomina de Frente Parlamentar da Agropecuária, e do outro formou-se um núcleo de organizações não governamentais, redes e movimentos sociais, incluindo a Via Campesina, movimentos e entidades ambientalistas as mais diversas, a OAB, a CNBB, com diversos organismos. Todo este leque de organizações se articulou no Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável. A ele somaram-se ainda a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e muitos artistas de expressão nacional.

Os vetos de Dilma, com a apresenta-



Foto: CPT Mato Grosso

ção da MP 571/2012, porém, não agradaram nem aos ruralistas e menos ainda aos que estavam na trincheira contrária. O Comitê em Defesa das Florestas avaliou que o veto “foi insuficiente para o cumprimento de sua promessa, apesar de contrariar interesses dos setores mais arcaicos do latifúndio”. Um artigo no sítio do Ibase, de Raul Silva Telles do Valle, advogado e ambientalista do Instituto Socioambiental, diz que “em pleno século XXI, voltaremos a um patamar anterior ao de 1934, quando nosso primeiro Código Florestal foi aprovado”. Por sua vez, Marina Silva, em artigo na Folha de São Paulo, de 1 de junho, diz: “O Brasil não tem mais um Código Florestal, mas uma confusão jurídica. Um amontoado de remendos cuja função é semelhante à de uma pinguela, uma ponte improvisada no tronco de uma árvore abatida, para atravessar o período da Rio+20. Depois, o empenho em destruir a legislação ambiental certamente prosseguirá”.

Para a Via Campesina, “o embate em

torno ao Código Florestal faz parte da disputa entre dois modelos para a agricultura brasileira, o agronegócio e a agricultura familiar/reforma agrária”. A Via responsabiliza o próprio governo pela flexibilização do Código Florestal, por apostar na convivência do agronegócio com a agricultura camponesa, e porque suas políticas para a agricultura camponesa são muito tímidas, e porque ao invés de ter adotado uma posição firme de manutenção do Código vigente “optou pelo mal menor, tanto na construção do projeto do Senado, como ao vetar 12 artigos”. Por sua parte, os ruralistas, querendo se mostrar contrariados, sabem que nada têm a perder. Já se puseram a campo e em poucos dias elaboraram em torno a 50 emendas, para com elas anular as mudanças apresentadas pela presidenta na MP 571.

As anomalias do Congresso Brasileiro

As votações em torno ao Código

Florestal escancaram a força da bancada ruralista que consegue impor sua visão e propostas. Esta força reside em duas grandes anomalias. A primeira: A representação parlamentar. A Frente Parlamentar da Agropecuária, segundo seu próprio sítio, é formada por 268 parlamentares, sendo 14 senadores e 254 deputados, 49,5% da Câmara. Segundo o Censo de 2010, a população rural é 16% dos brasileiros. A segunda grande anomalia é em relação ao discurso. A bancada diz defender o direito dos quase três milhões de pequenos proprietários pobres e que não têm condições de cumprir o que a legislação determina. Com esse discurso, porém, defende os interesses dos médios e grandes proprietários, que são pouco mais de 9% dos proprietários rurais, com mais de 100 hectares e que não chegam a 500 mil, segundo o Censo Agropecuario de 2006. É a soma da hipocrisia, com a manutenção de privilégios que se perpetuam desde o Brasil Colônia.

PEC do Trabalho Escravo

Mesmo contra a vontade dos ruralistas, depois de 11 anos em tramitação, a PEC 438, que propõe a expropriação das propriedades onde há exploração do trabalho escravo, foi aprovada, no dia 22 de maio. O que pesou nesta aprovação foi o processo eleitoral. Os deputados, mesmo sendo contra e exigindo a revisão do conceito de trabalho escravo, votaram a favor para não aparecerem diante dos eleitores como defensores do trabalho escravo. O deputado Moreira Mendes, de Rondônia, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, já apresentou um projeto de lei 3842/2012 propondo alterações no conceito de trabalho escravo.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

JUBILEU DO CONCÍLIO VATICANO II

Concílio Ecumênico Vaticano II: Da primavera ao inverno?

Foto: Cerezo Barredo

FLÁVIO LAZZARIN*

Começam neste ano as celebrações do quinquagésimo aniversário do início do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Celebrações correm sempre o risco de serem ritos que escondem tensões e criam ilusórios consensos. Jesus nos alerta sobre o costume de erguer monumentos aos profetas martirizados e o mesmo vale para o Concílio: é desafiadora a memória de um evento marcado pela profecia e seriam traiçoeiras as comemorações que esqueçam a ação do Espírito. O Concílio foi um novo Pentecostes da Igreja, que, na sua problemática e disputada recepção, é sinal de contradição e apelo para conversão e mudanças, nos atuais invernos eclesiais.

É verdade que o Concílio não foi um acontecimento latinoamericano. Com efeito, a participação e o protagonismo das Igrejas da Pátria Grande foram muito reduzidos. Foi, sobretudo, um acontecimento europeu, também nas preocupações que o motivaram: o diálogo com o ser humano da modernidade e o “aggiornamento” da doutrina para poder se comunicar com a modernidade.

Precisa dizer que, nos anos 60, os povos do chamado Terceiro Mundo estavam bastante distantes da modernidade e dos seus desafios. O “Kairós”, a hora propícia da América Latina, iria começar quando os nossos bispos decidiram convocar uma Conferência Geral do CELAM para receber e aplicar o Concílio. Medellín foi a nossa recepção do Concílio e, a partir deste evento, as nossas Igrejas se transformaram radicalmente, se transfiguraram. A Conferência de Medellín não foi fruto do serviço de uns bispos iluminados que redigiram um documento; foi, antes de tudo, o testemunho da caminhada de toda Igreja, uma revolução copernicana da espiritualidade, das práticas pastorais e das teologias.

Foi com certeza a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança) que inspirou ou catalisou energias espirituais e pastorais presentes nas



Igrejas da América Latina. Foi o último documento a ser aprovado e é, com certeza, aquele que, explicitamente, rompe com uma Igreja voltada para dentro e inimiga do mundo e a projeta para fora, para a história.

Quais são os frutos latinoamericanos do evento conciliar?

A abertura, a partir da escuta, aos “sinais dos tempos” marca a pastoral e a reflexão teológica.

O espiritualismo pré-conciliar deixa lugar para uma espiritualidade que inclui a história, a materialidade, a concretude dos corpos. Tudo o que é humano, desde as culturas até a economia e a política, é o espaço da fé e do testemunho do Povo de Deus.

Não existem mais duas histórias, a história profana e a história da salvação. Desaparece o intervalo que adia as soluções no mundo da eternidade, após a morte: agora o Espírito anima os caminhos do Reino de Jesus, no tempo presente da vida mortal e histórica. É a novidade antiga de uma fé que conjuga história e escatologia.

A igreja como povo de Deus a caminho, “sacramento de salvação da humanidade” (*Lumen Gentium*, 48), a serviço da humanidade. Ela não é mais

a sociedade perfeita, enclausurada em si, fortaleza invencível, modelo crítico e condenatório de todas as sociedades humanas; ela é chamada pelo Espírito a ser em função do Reino e da sua Justiça (Mt 6,33).

E, enfim, um tema que estava presente no Concílio de forma embrionária: a “Igreja dos Pobres”. Este termo “Igreja dos Pobres” foi utilizado, pela primeira vez, por João XXIII na Constituição Apostólica “*Humanae Salutis*” que convocava o Concílio: “A Igreja apresenta-se como é, e como quer ser, como a Igreja de todos, particularmente a Igreja dos pobres” (01.09.1962). Intuição teológica que volta na *Lumen Gentium*, no capítulo 8. Esta semente conciliar adquire na Igreja da América Latina uma importância e um desenvolvimento pastoral e teológico único e admirável, mas a “opção pelos pobres”, desde o começo, foi hostilizada por Roma.

O profeta José Comblin bem sintetiza o conflito que ainda acompanha a recepção do Vaticano II e dos “Concílios” de Medellín e Puebla: “Em Medellín e Puebla os representantes dos bispos latinoamericanos fizeram opção pelos pobres. Esta opção nunca foi aceita e foi combatida pela Igreja romana. Esta con-

seguuiu eliminar a opção pelos pobres do texto final do Sínodo da América, reunido em Roma por ocasião do jubileu. Na prática, a opção pelos pobres não se aplicou no conjunto das Igrejas, porque logo depois de Puebla estas procuraram uma aproximação maior com a burguesia, o que se deu pelos novos “movimentos”. A direção efetiva das Igrejas foi assumida cada vez mais pelos chamados “movimentos”, que são movimentos burgueses, todos com uma teologia conservadora. Hoje em dia, diante do agravamento da situação social, diante da contestação crescente que se expressa no mundo inteiro contra o sistema de globalização neoliberal, a questão reaparece: a Igreja está a favor dos ricos ou a favor dos pobres? Não se trata de uma mera questão de palavras. Pelas palavras todos estão em favor da promoção dos pobres e todos se proclamam a serviço da libertação dos pobres. Mas os discursos nada significam. É necessário ver os fatos e os resultados concretos.” (A primavera interrompida. O projeto Vaticano II num impasse. *servicioskoinonia.org/LibrosDigitales*, Volumen 2, 8 de janeiro de 2006)

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2011

Cresce o número de Conflitos no Campo

CRISTIANE PASSOS*

No dia 7 de maio, foi lançado pela CPT, o relatório Conflitos no Campo Brasil 2011. O lançamento ocorreu durante coletiva de imprensa na sede da CNBB, em Brasília e contou com a presença de Laísa Santos Sampaio, irmã de Maria do Espírito Santo e cunhada de José Cláudio Ribeiro da Silva, casal de extrativistas assassinado em uma emboscada no Pará em maio de 2011; de Zilmar Pinto Mendes e Diogo Cabral, advogado da CPT, ameaçados de morte no Maranhão e de Valmir, indígena Guarani Kaiowá, filho do cacique Nísio Gomes, assassinado em novembro de 2011, no Mato Grosso do Sul. Segundo o relatório houve um crescimento de 15% no número total de conflitos no campo, em 2011.

De 2010 para 2011 os conflitos passaram de 1.186 para 1.363. As pessoas envolvidas, 559.401, em 2010, para 600.925 em 2011. Estes conflitos compreendem 1.035 conflitos por terra, 260 conflitos trabalhistas e 68 conflitos pela água. Os conflitos por terra é que apresentaram um crescimento mais expressivo. Passaram de 835, em 2010, para 1.035 em 2011, um crescimento de 24%. O número de famílias envolvidas cresceu 30,3%, passou de 70.387, para 91.735. Este crescimento se deu em 17 das 27 unidades da federação. Foi mais expressivo na região Nordeste, 34,1%, que de 369 conflitos envolvendo 31.952 famílias, em 2010, passou para 495 conflitos envolvendo 43.794 famílias.

O que se convencionou chamar de conflitos por terra, inclui os conflitos por terra propriamente ditos que se referem a expulsões, despejos, destruição de bens, ameaças de pistoleiros etc. e as ocupações e os acampamentos. Os assim denominados “conflitos por terra”, em 2011 apresentaram crescimento de 26,2%, chegando a 805 ocorrências. As ocupações por famílias sem terra ou a retomada de áreas por comunidades indígenas ou quilombolas, apresentaram um crescimento de 11,1%. Passaram de 180, em 2010, para 200, em 2011. Já o número de famílias envolvidas apresentou crescimento de 35,1%, passaram de 16.858 famílias envolvidas, para 22.783. “Se, por um lado, o relatório expõe as marcas da violência que perduram no Brasil, por outro mostra a importância do povo organizado, que é o que muda a história de um país”, avaliou o conselheiro permanente da CPT, Dom Tomás Balduino, durante o lançamento.

Chama a atenção nesses conflitos o aumento do número de famílias expulsas. Um crescimento de 75,7%. Passaram de 1.216, em 2010, para 2.137, em 2011. Também teve crescimento significativo o número de famílias ameaçadas por



Foto: João Zinclar

pistoleiros, que passaram de 10.274 para 15.456, mais 50,4%. É o poder privado – fazendeiros, empresários, madeireiros e outros – voltando à liderança das ações. Este poder privado é responsável por 50,2% das ocorrências de conflitos por terra, 689 das 1.035. Para Dom Leonardo, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que participou do lançamento do relatório, “o papel, as letras, os dados, estão recordando vidas. Eles querem trazer à nossa memória os filhos e filhas de Deus que, na busca de vida digna, tombaram por causa da ganância e da injustiça”.

Violência no campo teima em persistir

Os dados coligidos pela CPT em 2011 nos dão conta de 29 assassinatos em conflitos por terra, 38 tentativas de assassinato, 49 mortos em consequência de conflitos, 347 ameaçados de morte,

89 trabalhadores presos e 215 agredidos. Comparando estes números com 2010, vê-se que o número de assassinatos diminuiu de 34 para 29, menos 14,7%. Mas o que chama a atenção é o número de trabalhadores e trabalhadoras ameaçados de morte: passou de 125, em 2010, para 347, em 2011, um crescimento de 177,6%. O número de agredidos também cresceu expressivamente: de 90, em 2010, para 215 em 2011, mais 138,9%.

A repercussão das mortes no campo, em 2011, despertou a atenção para um número maior de camponeses e camponesas ameaçados de morte, principalmente na Amazônia Legal, onde se concentram 85% das pessoas ameaçadas de morte. Maranhão, Sul do Pará, Sul do Amazonas e Rondônia lideram esta triste estatística. Há uma relação direta entre o avanço do capitalismo – do agronegócio, da mineração, da extração da madeira, das grandes obras do PAC – com o aumento e concentração da violência.

Como afirmou Laísa, irmã de Maria do Espírito Santo e que está sofrendo ameaças de morte: “Minha irmã e meu cunhado denunciavam a situação de ameaça que viviam e sequer houve investigação, e hoje sentimos na pele que nossa cabeça também está a prêmio. O governo sabe? Sabe. Há denúncias escritas, faladas. Seguimos nessa luta porque queremos viver na floresta”.

Trabalho Escravo: a “permanência do intolerável”

Apesar de todos os discursos combatendo a prática do trabalho escravo, essa perdura e se revela presente em novos locais e novas atividades. Em 2011, houve um crescimento de 12,7% no número de ocorrências de trabalho escravo no campo, em relação a 2010. Entre denúncias documentadas e flagrantes resultando em alguma libertação, foram identificados 230 casos, contra 204 em 2010. O número de trabalhadores envolvidos diminuiu em 5,6%: de 4.163, em 2010, para 3.929, em 2011. Também foi menor o número de trabalhadores libertados: 2.914, em 2010, 2.123, em 2011, apesar de ter aumentado o número de estabelecimentos fiscalizados (340 em 2011 contra 305 em 2010). O trabalho escravo foi detectado em 19 dos 27 estados da federação. É de se ressaltar que esteve presente em todos os estados do Sudeste e do Sul. Mas é na região Centro-Oeste que tanto o número de ocorrências, quanto o número de trabalhadores envolvidos teve crescimento mais expressivo. De 34 ocorrências em 2010, passou para 44 em 2011, um crescimento de 29,4%. O número de trabalhadores na denúncia se multiplicou: passou de 546 para 1.943 (+ 256%) e o de libertados de 538 para 772 (mais 43,5%).

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Chacina e massacres no campo em 2012

DIOGO CABRAL E
PE. INALDO SEREJO*

Um levantamento sobre assassinatos no campo em 2012 mostra que nos quatro primeiros meses do ano já se contabilizam 14 assassinatos de lideranças rurais, camponeses e índios. Um aumento de 75% em relação ao mesmo período do ano passado. Esta onda de assassinatos de defensores do “Bem Viver” se associa com ameaças de morte contra lideranças camponesas, quilombolas, extrativistas e indígenas, num processo coordenado pelo agrobandidismo, com anuência do governo federal, que abandonou a política de reforma agrária, titulação de territórios quilombolas e demarcação de terras indígenas, e passou a investir massivamente no agronegócio, a quem disponibiliza recursos bilionários.

A onda de violência tem como cenário um Brasil cujos deputados alinhados à bancada ruralista, a maior parte da base do governo Dilma, aprovaram o Código Florestal “do desmatamento”; um Brasil que viu a Comissão de Constituição e Justiça, CCJ, da Câmara Federal, aprovar a PEC 215, que quer transferir a competência do reconhecimento das áreas indígenas do Executivo para o Legislativo; e que vê sendo votada a ADIN 3239, dos Democratas, que visa tornar inconstitucional o Decreto 4887/2003 que estabelece os critérios para o reconhecimento dos territórios quilombolas.

Os assassinatos registrados em 2012 ocorrem, em grande parte, nas áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira. Oito deles ocorreram na Amazônia Legal: três em Rondônia, um no Amazonas, três no Maranhão e um no Pará, e repetem a mesma violência extrema contra os trabalhadores que se arrasta há décadas. A força bruta e os constrangimentos físicos constituem-se numa forma de relação legitimada, de maneira implícita, pelos aparatos de poder. A banalidade das chacinas, tornadas rotineiras, e a inexistência de medidas efetivas para a apuração dos delitos e para a transformação da estrutura fundiária tornam-se um corolário desse sistema repressor da força do trabalho. As violações aos direitos humanos de índios, ribeirinhos, quilombolas e camponeses são decorrência da estrutura agrária injusta e violenta em si mesma, enquanto produtora massiva de miséria, fome, desesperança e dor.



Foto: João Zinclar

Como exemplo dessas violações, pequenas comunidades que vivem do extrativismo em reservas legalmente reconhecidas no sul do município de Lábrea, no sudeste do estado do Amazonas, têm estado na mira de madeireiros e grileiros. Os líderes dessas comunidades têm sido vítimas de espancamentos, ameaças, ataques incendiários e roubo de proprieda-

de, na tentativa de forçá-los a sair de suas terras. Muitos fugiram da região temendo por suas vidas. Depois de ter denunciado a situação, Dinhana Nink foi morta a tiros na frente de seu filho em uma cidade vizinha no estado de Rondônia, para onde ela havia se mudado depois que sua casa no sul de Lábrea fora incendiada. Sua amiga Nilcilene Miguel de Lima, líder comunitá-

ria que tinha tornado pública a invasão de exploradores ilegais de madeira nas reservas, (já havia sido espancada e ameaçada e também teve sua casa incendiada) depois de muitas solicitações foi lhe dada proteção policial pela Força Nacional. Esta proteção expirou no final de abril tendo ela que ser afastada da comunidade em que vivia e trabalhava, passando a viver em local ignorado para não ser localizada pelos pistoleiros. Os próprios agentes da Força Nacional que faziam sua guarda passaram também a ser ameaçados. Em 03 de janeiro de 2012, após retornar da Delegacia onde prestara depoimento sobre ameaças de morte e perseguições no Território Aldeia Velha, em Pirapemas (MA), o quilombola João Batista foi perseguido por dois homens numa moto. Só não foi morto porque se escondeu no mato. Durante minutos, os ocupantes da moto rondaram a área em que se escondia, anunciando que “ele não escaparia”. No dia 25 de fevereiro, Fagnea Carvalho de Oliveira foi atropelada pelo grileiro José Osvaldo Damião, durante a reocupação da Fazenda Rio dos Sonhos, em Bom Jesus das Selvas (MA) por 900 famílias do MST. Em razão da tentativa de homicídio, a trabalhadora sofreu aborto no sexto mês de gestação.

Trabalhadoras e trabalhadores assassinados no campo nos quatro primeiros meses de 2012

Estado	Data	Nome	Município	Categoria
MG	24.03	Valdir Dias Ferreira		
		Milton Santos Nunes		
		Clestina Sales Nunes	Prata	Lideranças do MLST
PE	23.03	Antonio Tiningo	Jataúba	Liderança do MST
	02.04	Pedro Bruno	Gameleira	Sem-terra do MST
RO	09.04	Renato Nathan Gonçalves Pereira	Jacinto	Educador, apoiador de comunidades
	23.02	Gilberto Tiago Brandão	Machadinho D'Oeste	Liderança de acampamento Canaã II
	12.03	Ercias Dias Paula	Machadinho D'Oeste	Liderança do acampamento Canaã II
AM	30.03	Dinhana Nink	Lábrea	Ocupante do PDS Gedeão
MA	09.03	Francisco das Chagas	Grajaú	Índio Guajajara
	14.04	Raimundo Alves Borges	Buritcupu	Liderança
	25.04	Maria Amélia	Grajaú	Cacique Guajajara
PA	16.01	Edvaldo da Silva	Itaituba	Morador do assentamento Areia
BA	12.04	Edvaldo Bispo Santana	Teofilândia	Acampado

Além destes, em 15/05, em Seringueiras (RO) foi assassinado Jose Barbosa da Silva, confundido com uma liderança que estava sendo ameaçada.

*Advogado e agente da CPT MA e coordenador da CPT MA, respectivamente.

50 ANOS DO ASSASSINATO DO L

Homenagem à memória “perigosos”

RENATA ALBUQUERQUE*

A cidade de Sapé, conhecida por ser o coração das Ligas Camponesas na Paraíba, reviveu no dia 02 de abril de 2012 um dos episódios mais marcantes na história da luta pela terra no país. Foi neste lugar que, há exatos 50 anos, tombava um dos mais importantes líderes das Ligas Camponesas, João Pedro Teixeira. O latifúndio colocava fim na vida de um dos maiores defensores do povo do campo, mas não silenciou a sua luta. Por isso, meio século após o seu assassinato, milhares de pessoas ocuparam as ruas de Sapé para celebrar a sua trajetória e reafirmar o compromisso de todos os camponeses e camponesas de levar adiante o sonho da terra partilhada.

“O povo costuma dizer que não assassinaram João Pedro, e sim que plantaram uma semente”, afirma o padre Hermínio Canova, da CPT e pároco de Barra de Antas, comunidade rural de Sapé – onde João Pedro viveu com sua companheira Elizabeth Teixeira e seus onze filhos. “Por isso, o objetivo de celebrarmos sua memória, cinquenta anos depois, é também celebrar a memória de todos aqueles que tombaram pelas causas do povo, e acima de tudo, reafirmar o compromisso da luta pela Reforma Agrária que nunca foi feita no Brasil”.

A celebração - Ainda era cedo quando as primeiras pessoas começaram a chegar ao cemitério Nossa Senhora da Assunção, em Sapé/PB. Em pouco tempo, o local onde está guardado o corpo do líder camponês viu as dezenas de pessoas transformarem-se em centenas, milhares. Ao redor do túmulo de João de Pedro, os jovens entoavam a mesma canção de rebeldia e liberdade, cantada por aqueles e aquelas que deram início à luta das Ligas Camponesas: “Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar. A luta vai ser tão difícil, na lei

ou na marra nós vamos ganhar. A terra é para quem trabalha. A história não falha, nós vamos ganhar”.

Após a homenagem diante do túmulo onde está “plantado” João Pedro Teixeira, o povo tomou as ruas de Sapé

em uma grande marcha. Foram cerca de cinco mil pessoas: trabalhadores e trabalhadoras rurais, representantes de organizações sociais do campo e da cidade, crianças, jovens, idosos, professores, estudantes, comunidades cam-

ponesas, indígenas da etnia Tabajara, homens e mulheres vindas de diferentes partes. Munidos de canções, palavras de ordem e bandeiras ao vento, seguiram até a Praça João Pessoa - local onde aconteciam as assembleias que reuniam mais de dez mil camponeses e camponesas das Ligas de Sapé e região.

No local, um grande ato público reuniu alguns dos personagens históricos que construíram as Ligas Camponesas na Paraíba, além de diversas organizações sociais do campo. “Há 50 anos, tiros do latifúndio abateram João Pedro Teixeira. Ele tombou no chão da história como um valente que não se curvou diante de forças poderosas”, afirmou o ex-deputado Agassiz Almeida, que participou da fundação das Ligas no Estado. A viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira subiu ao palco, e com palavras carregadas de emoção relatou a história de luta de João Pedro e o seu calvário após a morte do líder camponês. “Mesmo carregando o peso dos meus quase 90 anos, estarei sempre lutando pela Reforma Agrária no Brasil, que ainda não foi realizada”, afirmou.



Foto: Carmelo Fiosaso

Antiga casa de João Pedro é transformada em Museu das Lutas Camponesas

Um dos marcos do cinquentenário da morte de João Pedro foi a inauguração do Museu Histórico das Lutas Camponesas no Nordeste. O museu está instalado na antiga residência onde o líder camponês viveu com sua família, no povoado de Barra de Antas. Ali, já está disponível extenso acervo organizado pela ONG Memorial das Ligas Camponesas. São fotos, documentos históricos, publicações e objetos que resgatam a história de João Pedro Teixeira e da luta pela terra no Nordeste. No ano passado, a área ao redor da casa - sete hectares - foi desapropriada pelo Governo do Estado, atendendo às reivindicações para que o local fosse um espaço que preservasse a memória das lutas camponesas. Na área também será implantado

um Centro de Formação para camponeses e camponesas da região. O governador do estado, Ricardo Coutinho, também esteve presente para o ato de inauguração do Memorial.

O arcebispo D. José Maria Pires - que muito contribuiu para a resolução de conflitos que vitimaram milhares de camponeses no período do regime militar - abençoou a casa que hoje abriga o Museu. “Os agricultores da Paraíba cantavam outrora: ‘Queremos terra na terra, já temos terra no céu’. O futuro está nas mãos de Deus, mas é necessário que no presente a gente trabalhe para garantir aquilo que todo pai quer para seus filhos: uma casa para morar, um local para trabalhar”, enfatizou.

50 anos depois, a Reforma do povo de João Pedro

O povoado de Barra de Antas, local onde viveu João Pedro, é um dos exemplos mais emblemáticos da luta pela Reforma Agrária no país. São 57 famílias de trabalhadores rurais e antigos posseiros que sofrem, desde a época do surgimento das Ligas, a angústia de não ter garantido o direito à posse da área onde vivem há mais de 60 anos. As famílias que viram recentemente a desapropriação de apenas 7 hectares para a criação do Memorial, permanecem ignoradas pelo Estado. Durante a cerimônia de inauguração do Memorial, as

LÍDER DAS LIGAS CAMPONESAS

sa” do mártir João Pedro Teixeira

A História e memória “perigosa” de João Pedro e das Ligas Camponesas

João Pedro Teixeira nasceu em 4 de março de 1918, em Pilõesinhos, na época distrito do município de Guarabira/PB. Seu pai, também chamado João Pedro, pequeno agricultor, foi obrigado a abandonar a esposa e o filho, ainda pequeno, após se envolver em um conflito que resultou na morte de capangas do latifundiário, do qual era arrendatário. Ele estava sendo perseguido por não aceitar ceder suas terras para o fazendeiro. Foi para defender a vida e o trabalho dos camponeses, que João Pedro Teixeira enfrentou os interesses de grandes proprietários, os mesmos que assolaram sua família quando ainda era criança.

“Antes da fundação das Ligas, nós costumávamos ir para as feiras conversar com os trabalhadores. Era eu, Nego Fuba, Pedro Fazendeiro, João Pedro Teixeira e tantos outros companheiros. Conversáva-

mos sobre a situação e os problemas dos trabalhadores rurais, o cambão que tinha que acabar. Subíamos em um tamborete e falávamos sobre isso no meio das feiras”, relata Assis Lemos, ex-deputado estadual cassado pela ditadura e um dos fundadores das ligas camponesas de Sapé. Iam de Engenho em Engenho para saber como faziam para sobreviver diante de tanta miséria e concentração de renda e terra. “Em 58 fundamos a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Rurais de Sapé, mas a imprensa deu logo o nome de Ligas Camponesas. A partir de então, as Ligas foram crescendo de forma extraordinária. Era difícil encontrar algum camponês que não fizesse parte das Ligas”, lembra Assis.

“Aquele período que antecedeu o Golpe Militar foi um marco para a luta dos trabalhadores no país, um período de ascenso de massas, potencializado ainda mais pelas referências à Revolução Cubana e a esperança nas reformas de base anunciadas por Goulart, como a Reforma Agrária”, destaca o Padre Hermínio. Além disso, “as Ligas Camponesas se espelhavam no programa de alfabetização proposto por Paulo Freire na campanha em favor do voto dos analfabetos. A classe da elite percebeu que se 80% da população que vivia no campo passasse a votar, ela seria derrotada”, comenta Assis. Lideranças camponesas, como João Pedro, se tornaram símbolos da luta no Nordeste e se consolidaram como “elementos perigosos” para o latifúndio e as forças reacionárias.

Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês, relata a rotina de ameaças vividas por seu companheiro: “Tinha sempre policiais em volta da nossa casa. Pouco tempo depois do surgimento das Ligas ele já tinha certeza que ia ser assassinado. Todos os dias quando ele saía pra luta, ele me abraçava, abraçava todos os filhos



Foto: Carmelo Fiosaso

Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira

e dizia: ‘Eu vou, mas não sei se tenho o direito de voltar, porque sei que vão tirar a minha vida’. Quando ele saía, eu ficava com os nossos onze filhos, todos chorando. Muitas vezes eu ia participar das reuniões, conversar com os trabalhadores. João Pedro sempre me perguntava: ‘Você continua a minha luta? Todos os dias ele me perguntava e nunca dei resposta, só no dia em que ele morreu’.

Em 2 de abril de 1962, João Pedro caiu em uma emboscada armada por Antônio Vítor, Aguinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos Coutinho, latifundiários da região. Voltava pra casa e carregava em suas mãos, os livros que levaria para seus filhos. No jornal Correio da Paraíba, após o seu assassinato via-se escrito: “Seu peito atlético ficou tão estragado que à primeira vista não erraríamos em pensar que os latifundiários usaram foices em vez de fuzil. Seu corpo comprido cravado de balas e entornado de sangue, parecia a imagem de Jesus morto”.

Ao receber a notícia de que seu companheiro havia sido assassinado, Elizabeth conta que foi levada pelos companheiros das Ligas Camponesas ao encontro do corpo de João Pedro. “Fui com todos os meus filhos, até a mais novinha que ia comple-

tar seis meses. Fui até o corpo dele, peguei na mão de dele e disse: ‘João Pedro, a partir de hoje eu continuo a sua luta’, lembra. Hoje, prestes a completar 90 anos, Elizabeth teima em contrariar o poder do latifúndio. Tornou-se ela também um símbolo da longa e incansável marcha pelo sonho da terra partilhada no país.

“A terra de Barra de Antas foi regada com sangue dos mártires, mas foi dela que brotou o exemplo de luta que depois levou à derrota da ditadura militar e ao ressurgimento das lutas sociais no nosso Brasil”, ressalta João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST. “Pra sair da crise que vivemos hoje, com o avanço cada vez maior da violência e do agronegócio temos que nos mirar nos exemplos dos que lutaram antes de nós, como João Pedro Teixeira. Que estes exemplos de coerência, honestidade, coragem e fidelidade à classe trabalhadora nos animem, e acima de tudo nos sirvam de combustível, para que nós agarremos o futuro em nossas mãos”.

na Agrária sonhada pelo
ainda não aconteceu

famílias denunciaram o abandono em que vivem e reivindicaram ao Governador do estado, melhorias para o povoado. “A comunidade não tem garantida nenhuma infraestrutura. Não há estradas ou ponte para facilitar o acesso à comunidade, não há abastecimento de água nem moradia digna”, ressaltou Padre Hermínio. “A situação do povo de João Pedro, que viveu tantos anos de conflitos e violência é considerada uma afronta à luta pela Reforma Agrária no país”, destaca Hermínio.

XXIV ASSEMBLEIA GERAL DA CPT

Em Assembleia, CPT define prioridades e elege nova direção

ANTÔNIO CANUTO*

Sob o lema “Não mais terão fome ou sede”, a CPT realizou sua XXIV Assembleia Geral, em Hidrolândia (GO), de 28 a 30 de março. Um banner com a imagem de Dom Ladislau Biernaski, presidente da CPT, falecido no mês de fevereiro, presidiu todos os momentos da assembleia e sua luta e dedicação ao povo da terra foi lembrada constantemente. A Assembleia contou com a presença de companheiras e companheiros de outras pastorais e de irmãos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. Também participou um representante de direção da Contag. Entre os delegados e delegadas da Assembleia, havia membros de quatro igrejas cristãs.

A realidade das comunidades

Os participantes da Assembleia apresentaram a realidade das comunidades que a CPT acompanha. São comunidades impactadas pelas grandes obras do PAC, pelo avanço das mineradoras, pelo crescimento dos monocultivos da soja, da cana de açúcar, do eucalipto e que sofrem os nefastos efeitos da aplicação incontrolada dos agrotóxicos. São atingidas ainda pela violência: assassinatos, ameaças de morte, expulsão de famílias, despejos judiciais e etc. Mas também são comunidades que resistem e enfrentam com coragem a dura realidade em que vivem.

Os trabalhadores com a palavra

Os trabalhadores presentes falaram do que vivem e da importância da CPT. Valderi, do Tocantins, que já foi vítima de trabalho escravo, hoje enfrenta uma ba-

talha para permanecer em área que é de domínio público, mas que está ocupada por fazendeiros. Zilmar, quilombola da comunidade do Charco onde já foi assassinado Flaviano, liderança, contou e cantou como os quilombolas do Maranhão têm pressionado o governo para que efetue a regularização dos seus territórios. Um camponês do Amazonas relatou como empresários conseguem dividir as comunidades. Outros relataram a dureza da vida nos acampamentos.

Manter a esperança em tempos de aridez

O Pe. Virgílio Uchoa, que em 1975 foi um dos responsáveis pela organização do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, do qual nasceu a CPT, assessorou a Assembleia. Ele destacou a lucidez dos relatos da CPT sobre a conjuntura atual no campo, lucidez que, segundo ele, está no gene da CPT. “A CPT acompanha as mudanças que se processam, sem perder o espírito de sua origem”, disse. Lembrou que, diferentemente do tempo em que a CPT nasceu, após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, quando se colocavam em prática as decisões do Concílio, hoje vive-se um tempo de aridez. A Igreja tem se recolhido para dentro de si mesma e as pastorais e os movimentos sociais encontram-se como órfãos. Mas este tempo, como o do exílio bíblico, é também um tempo fecundo que torna mais lúcida a cons-

ciência, e quando se fermentam novas ideias. Mas não se pode baixar a guarda. É preciso manter a atenção e construir a resistência, conscientes das limitações. “É preciso acreditar, mesmo sem ver o resultado”, concluiu.

Prioridades para o próximo triênio

A Assembleia definiu três prioridades para o próximo triênio: o apoio às comunidades camponesas, principalmente as tradicionais, na defesa e conquista de seus territórios; o apoio à luta pela terra e por uma reforma agrária re-significada, que inclui o reconhecimento e titulação dos territórios das comunidades indígenas e tradicionais, a valorização de sua cultura, a promoção da agricultura agroecológica e a convivência com os biomas; e a formação das comu-

nidades, lideranças e agentes, na linha da educação popular libertadora.

Nova Coordenação

A Assembleia elegeu, para o mandato de 2012 a 2015, Dom Enemésio Lazzaris, bispo de Balsas (MA), como presidente e Dom José Moreira Bastos Neto, bispo de Três Lagoas (MS), como vice-presidente. Para a Coordenação Executiva Nacional foram reconduzidos Edmundo Rodrigues (CPT TO), Isolete Wichinieski (CPT GO), Flávio Lazzarin (CPT MA). Jane Silva (CPT PA) passa, também, a compor a coordenação. Para suplentes foram escolhidos Frei Luciano Bernardi (CPT BA) e Thiago Valentin (CPT CE).

Ao final a Assembleia aprovou a mensagem que transcrevemos na página seguinte:

Foto: CPT Nacional



“Não mais terão fome e sede” (Ap 7,16)

Mensagem da XXIV Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Reunidos em Hidrolândia, GO, nos dias de 28 a 30 de março de 2012, para celebrar a XXIV Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, nós, representantes dos Regionais do Brasil, reafirmamos nossa missão evangélica a serviço dos povos da terra e das águas.

Em tempos de exílio e de sonhos de “bem viver”

Sentimos a força do Espírito na memória das testemunhas e mártires que se fazem presentes na história de nossa caminhada: João Pedro Teixeira (50 anos do assassinato), Oscar Romero, Irmã Dorothy, Manelão do Araguaia e Dom Ladislau Biernaski - o homem que “viveu e pensou a fé a partir dos pobres da terra” -, iluminaram nossa fé e nossa esperança nas reflexões de nossa Assembléia. Comovente e precioso, em tempos de exílio e de cativeiro, foi o relato de camponesas e camponeses que nos contaram e cantaram suas lutas e resistências, avanços e conquistas.

Companheiros do CIMI acompanharam e partilharam conosco posturas e práticas corajosas junto aos povos indígenas: estes são um sinal de Deus que recria, através deles, todo dia e para toda a humanidade, a ética e a política do Bem Viver, na luta desigual da defesa e reconquista de seus territórios.

A presença lúcida e profética de dom Tomás Balduino, com seus 90 anos, nos dá sempre novo vigor. Trouxe-nos alegria a presença do Secretário Geral da CNBB, dom Leonardo Ulrich Steiner, do presidente da Comissão Episcopal de Pastoral do Serviço à Caridade, Justiça e Paz, Dom Guilherme Werlang, do assessor da Comissão oito da CNBB, padre Ari dos Reis, da representante da Caritas Brasileira e de irmãos e irmã da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, da Igreja Adventista do Sétimo Dia e da Igreja Batista.

No clima árido da escassez de profecia, padre Virgílio Uchoa nos ajudou a



A quilombola maranhense Zilmar (de costas) animando os participantes

fazer a memória das raízes da pastoralidade e da espiritualidade, que animam até hoje a CPT. Lembramos um dos luminares da CPT, dom Pedro Casaldáliga. Fomos visitados e reanimados por João XXIII, dom Helder Câmara, dom Aloisio Lorscheider, dom Luciano Mendes, dom Antonio Frago e padre José Comblin. Respiramos novamente o ar fresco do Concílio Ecumênico Vaticano II e das assembleias latino-americanas de Medellín e de Puebla. O rosto de milhares de leigos e leigas das CEBs iluminou os ideais de uma Igreja libertadora, a serviço do Reino de Jesus e da sua Justiça, Reino dos pobres e empobrecidos, como os preferidos do Pai.

Durante a Assembleia, chegou a notícia - que nos entristeceu e indignou - de mais quatro assassinatos de lideranças camponesas: Antônio Tininho, coordenador do acampamento Açucena, dia 23 de março, em Jataúba - PE; Valdir Dias Ferreira, 40; e do casal Milton Santos Nunes da Silva, 52, Clestina Leonor Sales Nunes, 48, da Coordenação Estadual do MLST de Minas Gerais, executados no município de Uberlândia, MG, dia 24 de março, na presença de um filho do casal, de 5 anos.

Povos e comunidades gritam e lutam para defender territórios e preservar a terra.

Preocupam-nos os impactos socioambientais, cada vez mais violentos e acelerados, que atingem diretamente toda a sociedade. Não há limites para a voracidade do capital. O Estado brasileiro é o seu incentivador, via PAC, e financiador, via BNDES. Aposta-se, delirantemente, no crescimento neo-colonialista predador, concentrador de riquezas, em troca de meros projetos assistencialistas.

Isso se expressa claramente nos projetos em discussão no Congresso Nacional:

1. As mudanças aprovadas do Código Florestal que, sob o discurso de defender os pequenos produtores rurais, querem legitimar a depredação dos recursos naturais.

2. A tentativa de retirar do Executivo a prerrogativa de definir e aprovar o reconhecimento dos territórios indígenas e de comunidades quilombolas, com a aprovação da PEC 215, por Comissão da Câmara dos Deputados.

3. Os inúmeros projetos que visam minar os direitos dos mais pobres.

A aprovação de concessão de la-

vas minerárias que depredam a natureza, invadem áreas de preservação ambiental e territórios de povos indígenas, de comunidades camponesas e de assentamentos da reforma agrária, escancaram o modelo implantado em nosso país.

Vítimas deste processo são os povos indígenas - de modo especial os Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, totalmente espoliados de seus territórios e de sua dignidade - quilombolas, posseiros, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados de uma reforma agrária abandonada, assalariados e escravizados, sempre jogados à margem de nossa sociedade.

Anima-nos, porém, a coragem e a resistência dos povos atingidos e impactados pelos projetos que os marginalizam, mas teimosamente apontam novos caminhos de organização e de relacionamentos com a natureza e na sociedade.

Percebemos o risco que corre a democracia, no mundo inteiro, pelos persistentes rearranjos do poder econômico-financeiro nacional e transnacional. Despontam os riscos sobre o futuro do Estado de Direito, na medida em que crescem, nas instituições e na sociedade, mentalidade e comportamentos que impedem a participação das maiorias nas decisões.

A CPT se une a todos os irmãos e irmãs de boa vontade, “pequeno resto” que luta por novos tempos, quando “não haverá mais fome e sede” e “todos terão vida, e vida em abundância” (Jo 10,10). Neste horizonte desafiador, nos sentimos animados pela sabedoria dos povos nativos, quando nos ensinam a vivenciar e a cantar com eles:

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro:
quem não pode com a formiga,
não assanha o formigueiro”

ASSEMBLEIA GERAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Hidrolândia GO, 30 de março de 2012.

ARTIGO

Pataxó Hã-Hã-Hãe, da ocupação das terras à vitória no Supremo

O Supremo Tribunal Federal, STF, nos surpreendeu positivamente nos meses de abril e maio, com decisões de grande importância. Reconheceu o direito dos Pataxó Hã-hã-Hãe sobre seus territórios no sul da Bahia e a constitucionalidade das cotas raciais e das cotas sociais para o ingresso no ensino superior que garantem vagas para afrodescendentes, indígenas e estudantes egressos do ensino público.

Sobre a vitória dos Pataxó, Dom Tomás nos brinda com esse artigo, publicado originalmente no jornal Folha de São Paulo, no dia 16 de maio.

DOM TOMÁS BALDUINO*

O conflito acontecido no sul da Bahia, na área indígena Pataxó, tem duas versões: Primeiro a da Mídia, apontando os índios como invasores, violentos, perturbadores da ordem e obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Os Pataxó, do seu lado, fazem uma leitura conjuntural desta situação, na forma de um grande Eclipse alinhando o sol, a terra e a lua. A referência maior, além do assassinato de 30 lideranças indígenas, são os 15 anos da morte impune do cacique Galdino, queimado por 5 jovens da classe alta de Brasília, onde tinha ido tratar de problemas do seu povo. A isto se associa a inolvidável crueldade do fazendeiro que assassinou o índio Djalma, depois de castrá-lo, arrancar suas unhas e dentes e o couro cabeludo de sua cabeça. Movidos por esta memória revoltante e perigosa, decidiram, como Povo, desde 1º de janeiro deste ano, na forma de resistência histórica, levar adiante uma série de retomadas de ocupação de cada palmo das áreas invadidas por fazendeiros, desde 1940, num total de 54.105 hectares. Trata-se da área Caramuru-Catarina Paraguassu.

Esta terra é parte do grande território ocupado tradicionalmente pelos índios desde tempos imemoriais. Na aldeia Barreta, marco zero da posse dos indígenas sobre o território, é que foi montado o Posto indígena Caramuru sob a responsabilidade do Serviço de Proteção aos Índios, SPI. Dali é que partiram as atrações indígenas e as medições da terra. O SPI, usando a prática nefasta do arrendamento, foi passando aos fazendeiros, mediante recibos, as terras indígenas já demarcadas. A demarcação data de 1938, e foi



Foto: CIMI

feita com base na lei 1.916, de 9 de agosto de 1926. É esta a origem das invasões praticadas por latifundiários. No ano de 1960 esta ocupação irregular e fraudulenta levou o então governador Antônio Carlos Magalhães, em abuso de autoridade, a emitir títulos de propriedade aos amigos a fim de legalizar a situação.

A FUNAI, em 1982, entrou no Supremo com ação de anulação destes títulos. Só em 2008, 26 anos depois de introduzido o processo, é que o Tribunal iniciou sua apreciação. Coube ao Ministro Eros Grau, relator do processo, baseado em pesquisas, o sábio reconhecimento de que a reserva “abrange toda a área habitada, utilizada para o sustento do índio, necessária à preservação de sua identidade cultural”. Considerou nulos os títulos e propôs a retirada dos fazendeiros. Entretanto, o Ministro Menezes Direito, o mesmo que introduziu as 18 condicionantes no caso Raposa Serra do Sol, interrompeu o processo Pataxó, por mais 4 anos, com pedido de vistas do mesmo.

A tensão na área continuou. De um lado os índios reclamando suas terras, do outro, 70 fazendeiros restantes detendo ferozmente em seu poder 35.000 hectares.

Mas foi justamente esta tensão que apressou o julgamento. O assunto não estava agendado para a sessão do Supremo, mas diante do agravamento dos conflitos entre índios e fazendeiros, a Ministra Carmen Lúcia, relatora, pediu que o julgamento do caso fosse assumido.

No dia 2 de maio, o STF, no caso da Ação Civil Originária 312, acompanhando o antigo voto do Ministro Eros Grau, determinou a nulidade dos títulos de “propriedade” que incidem sobre a Terra indígena. Foram 6 Ministros a favor e um contra.

Trata-se de um momento histórico da maior importância não só para os Pataxó, mas para todos os povos indígenas do país. Ficou bem clara a importância da luta, da resistência e da organização destes povos no processo de efetivação dos seus direitos. Além disso os votos dos

Ministros do STF reafirmaram o conceito do indigenato, do direito originário, frente à tese do “marco temporal”, (em contraposição, pois, às condicionantes introduzidas em Raposa Serra do Sol) no que tange ao direito dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais. Com a decisão, o STF fortaleceu a compreensão de que a terra, para os povos indígenas, não é apenas um bem material, mas um espaço carregado de sentido espiritual e místico, condição primordial para a sobrevivência física e cultural destes povos.

Esta nova luz acontece num contexto em que o Executivo, na pessoa da presidente Dilma, submete, ilegal e imoralmente, a demarcação das terras indígenas ao Ministério das Minas e energia; num contexto em que o Legislativo, capitaneado pela bancada ruralista, tenta tornar letra morta os artigos 231 e 232 da Constituição.

Com isso, o STF recuperou o verdadeiro “espírito” da Constituição Federal de 1988, no que se refere a essa temática, reafirmando os elementos fundantes da “proteção” e da “promoção” que embasam o inteiro teor da Carta Magna do nosso país.

Um dia, quando o Pataxó voltar para sua terra haverá a Paz! A Mata Atlântica se revestirá novamente de vida e de cantoria, livre da moto-serra, do trator de esteira, da queimada, da vassoura de bruxa, dos agrotóxicos.

Um dia, quando o Pataxó voltar para sua terra, acontecerá o “Bem Viver”, a profecia da “Terra Sem males”, onde os velhos sorriem de satisfação e as crianças são uma explosão de alegria.

*Bispo emérito de Goiás e Conselheiro permanente da Comissão Pastoral da Terra.

O Universo: dom de Deus para a Vida!

Uma preciosa carta pastoral dos Bispos da Bolívia sobre o meio ambiente e o desenvolvimento humano.



ANTÔNIO CANUTO*

Uma das grandes preocupações do mundo atual está relacionada ao aquecimento global, que tem provocado mudanças climáticas. Segundo especialistas é resultado da ação humana sobre a natureza. Esta preocupação tem encontrado eco na Igreja. Na quaresma deste ano, a Conferência Episcopal da Bolívia, lançou uma carta pastoral sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano na Bolívia, com o título: **O Universo, dom de Deus para a Vida**. O Pastoral da Terra destaca alguns tópicos deste importante documento.

Uma provocação aos cristãos

A carta pastoral é uma provocação dos bispos da Bolívia a que os cristãos



olhem para o planeta e para as ameaças que sofre que se traduzem em catástrofes ambientais cada vez mais comuns e violentas que atingem, sobretudo, as comunidades mais pobres. Entre as

causas geradoras desta situação, apontam os bispos para “o comportamento consumista irracional, a acumulação escandalosa de bens e a exploração sem medida dos recursos e das energias naturais”. Essa irresponsabilidade leva o planeta a uma encruzilhada e exige uma avaliação “sobre o tipo de desenvolvimento que queremos”. “O crescimento econômico e o aumento de consumo não podem se tornar eixos centrais da vida social”, dizem eles.

Os bispos olhando para as diferentes regiões da Bolívia, identificam as atividades que mais afetam o meio ambiente: “a exploração indiscriminada de minerais e hidrocarbonetos, o uso desmedido de pesticidas e fertilizantes, o desmatamento, a crescente acumulação de lixo”.

Sabedoria dos povos indígenas

Em contraposição a um modo de vida que leva o planeta à encruzilhada em que se encontra, os bispos reconhecem a sabedoria dos povos indígenas que “viveram milhares de anos integrados ao ritmo das estações estreitamente vinculados com a terra, a flora e a fauna, aprendendo e respeitando a natureza.” Resaltam: “Na cosmovisão andina e amazônica, o criado é sagrado; é vida e fonte de vida. A Pachamama, considerada nas culturas do ocidente do país como mãe generosa e sustento da vida, expressa a ideia de cuidar e criar todo o universo, espaço e tempo (pacha), onde tudo está relacionado, em correspondência e complementação.” E concluem que nem sempre se tem

valorizado esta cosmovisão que permite viver em harmonia e equilíbrio com todo o universo.

Frisam, porém, que os cristãos não compartilham da ideia de que à terra possa se atribuir alguma forma

A terra é para ser compartilhada

Na leitura bíblica, destacam os bispos que “a terra não se recebe para possuí-la individualmente, mas para compartilhá-la em solidariedade com os irmãos... Para viver em fraternidade universal é importante recuperar a origem fraterna de toda a terra, porque a ruptura da mesma rompe o equilíbrio do sistema ecológico”.

Afirmam que a deterioração do meio ambiente é um dos “sinais dos tempos: ‘Muitas das catástrofes que o mundo sofre são provocadas por estruturas e mecanismos originados por interesses e políticas egoístas; e também pelo desinteresse e indiferença de quem cala.’” E continuam: “não é ética e menos ainda evangélica” a busca do crescimento econômico e enriquecimento ilimitado de uns poucos, à custa da grande maioria hoje e das gerações futuras. Discordam de que o mercado deve regular tudo: “oferta e procura não podem determinar a distribuição do que todas as pessoas necessitam para sua sobrevivência como a água, o ar, a terra, o alimento, a energia e outros recursos essenciais para a vida”. Apontam o erro da produção de agrocombustíveis em detrimento da produção de alimentos, e para o perigo da produção de alimentos transgênicos que colocam o país na dependência de empresas transnacionais com o risco de se perder “a riqueza de nossas sementes ancestrais”.

Criticam a Organização Mundial do Comércio que permite “patentear

de divindade e que a terra não pode ser sujeito de direitos, pois “só a pessoa humana, cume da criação é que tem direitos e deveres diante de toda a criação”.

partes da biodiversidade dos países pobres, em nome de empresas transnacionais.” E convocam as nações mais ricas a assumirem um estilo de vida mais austero para que as nações mais pobres tenham um desenvolvimento justo.

Chamam Estado e Sociedade à responsabilidade quanto à proteção do meio ambiente e da biodiversidade e apelam a que se busquem fontes de energias alternativas e se detenha o desmatamento. Nas catástrofes naturais convocam à solidariedade, mas advertem para a necessidade de medidas de prevenção. Em relação aos projetos de desenvolvimento, advertem que estes tem que ter um olhar de longo alcance que proteja as gerações futuras, os pobres, a cultura e o habitat dos povos indígenas. Concluem pedindo aos povos indígenas que “ajudem a cultivar a empatia com nossa irmã mãe terra e a traduzi-la em ações concretas”.

Alguns comentários da imprensa dão a impressão de que a preocupação maior deste documento era com o cultivo da coca. Esta é mencionada rapidamente quando fala que alguns cultivos ilegais da mesma têm provocado desmatamento em algumas regiões e quando convocam as organizações sociais a exercer controle social onde há produção excedente da folha. Esta atitude da imprensa é diversionista e para deixar na penumbra os grandes problemas de fundo.

REFLEXÕES BÍBLICAS

A resistência dos profetas

SANDRO GALLAZZI*

Na série Reflexões Bíblicas, na última edição, Sandro mostrou que com a instalação da monarquia, junto ao palácio e o templo desenvolveu-se uma nova teologia que tinha como função legitimar o poder do rei e dos sacerdotes. Contra a concentração do poder e seu uso em detrimento dos pobres é que se insurgiram os profetas.

A história da profecia

A profecia não nasceu com a monarquia. Era uma realidade já bem presente no povo. A figura mais antiga de profeta é a de Débora, a mãe de Israel (esse povo não tem só o pai Jacó, tem mãe!). Debaixo de uma palmeira ela diz ao povo o que é justo. Tem autoridade para convocar as tribos à guerra, para nomear o comandante, para dirigir a celebração popular.

Assim é a profecia no começo: Um conselheiro, um vidente, um que sabe dizer o que é justo e que anda, simples, no meio do povo, é solidário com os pobres, as mulheres e as crianças. É uma pessoa de bem, capaz de valorizar a vida cotidiana. O modelo mais claro destes profetas o temos em Eliseu: anda pelos povoados, hospeda-se na casa de seus amigos, preocupa-se com a farinha, o azeite, com o machado que cai no rio. Jesus retoma estes passos andando pela Galiléia, solidário com os últimos, as mulheres, as crianças, os enfermos, os mendigos, e fazendo o bem a todos, falando da vida cotidiana: de sementes, de pássaros, de fermento, de mulheres varrendo a casa, de pesca. Tudo fala de Deus e de seu reino, do que é justo.

Às vezes sozinhos, às vezes em grupo, chamados filhos de profetas, os profetas atuam de formas diversas, com orações, ou êxtase, ou danças... Todos eles buscam ajudar o povo a enfrentar com segurança o caminho da vida, ou a solucionar suas dificuldades, como o vidente Samuel que ajuda Saul a en-

contrar as mulas perdidas. Estas pessoas que entendem do futuro, que sabem aconselhar, serão chamadas pelos reis para ajudá-los nas tarefas do palácio com seus conselhos. Por exemplo, encontramos atuando no palácio de Davi e Salomão, a Natan, Gad e Ajas. É evidente que esta prática gera uma classe de profetas alimentados pelos reis, que nunca querem desagradar os amos. Serão os falsos profetas, aduladores dos poderosos, prontos para profetizar a paz a quem lhes dá de comer e a guerra a quem lhes tira o pão. No Primeiro Livro dos Reis temos um exemplo claro da atuação dos falsos profetas.

Contudo, a opressão estruturada pelo Estado vai produzir um tipo diferente de profeta: o homem de Deus que grita contra os abusos de um Estado que usa a Deus para legitimar-se. A profecia camponesa nasce como reação aos abusos da monarquia, como forma de resistência e denúncia. A presença do oprimido, do pobre, desperta a consciência popular que grita: Deus não quer isto!

Quem é o pobre?

Na língua hebraica há várias maneiras de falar em pobre. É importante como informação, porque na leitura da Bíblia, nas traduções que temos, utiliza-se só uma palavra para dizer pobre, e isto cria uma certa confusão. No capítulo 15 do Deuteronômio está escrito: “Certamente, nunca faltarão pobres nesta terra...”, é a mesma frase que depois Jesus vai repetir. Mas, no mesmo capítulo, já se havia dito: “Não deve haver pobres no teu meio, enquanto Javé te dê a prosperidade na terra que conquistaste”. Como é isso? Não deve haver pobres, ou sempre haverá?

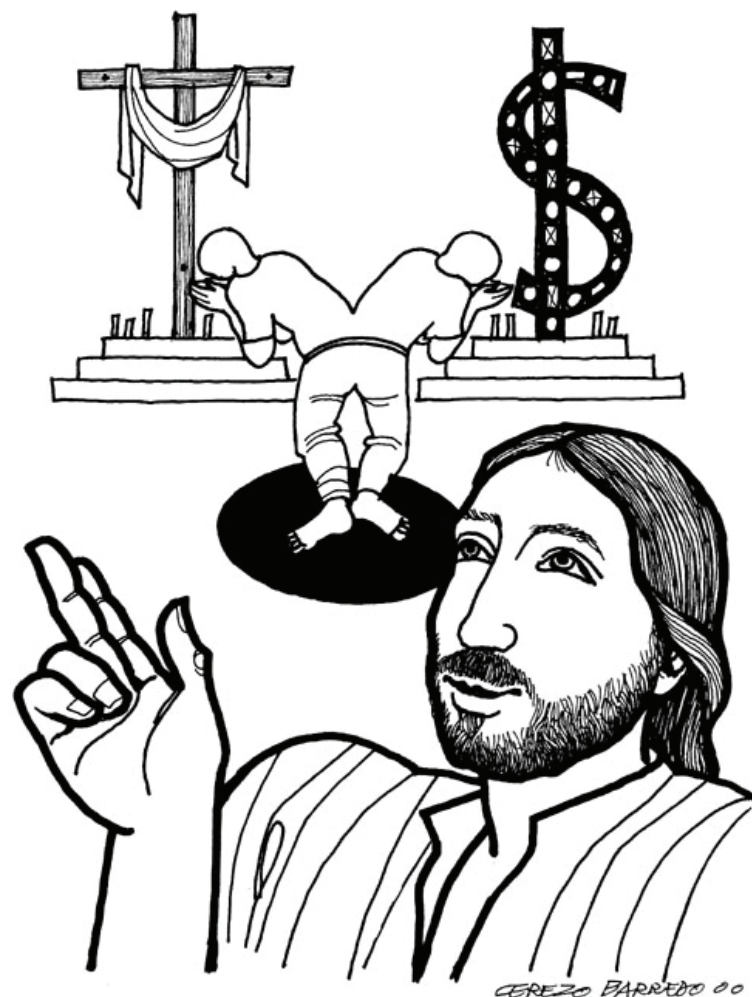
Quando lemos em hebraico, encontramos uma pequena diferença: são usadas palavras diferentes para definir o pobre. Uma delas é aní. O aní, literalmente, é aquele que é humilhado, jogado ao chão e pisado. É o oprimido mes-

mo. É dele que a Bíblia diz “não deve haver aní no teu meio enquanto Javé te dê prosperidade.” Não deve existir o oprimido, o humilhado, o pisado. A outra palavra é ebion, que poderíamos traduzir melhor como necessitado. É o pobre que não é pobre porque está sendo humilhado por outro, mas que é pobre por circunstâncias da vida: Porque perdeu a colheita, porque ficou cego, adoeceu. É uma viúva, um órfão, são os necessitados da vida. Então a Bíblia diz: “Certamente, nunca faltarão ebion nesta terra...”.

Mesmo na sociedade mais perfeita que possamos imaginar sempre haverá paralíticos, cegos, viúvas, órfãos. Eles vão precisar da ajuda de uma comunidade solidária. Mas não deve haver aní. Nunca deverá existir o oprimido. Se existe o aní não basta a ação solidária entre os pobres. É preciso eliminar as causas da opressão. No momento em que aparece o aní, o humilhado, significa que o projeto de Deus já não

existe mais. A presença do oprimido é o alarme que faz despertar o profeta. O mesmo profeta é aní: perdeu suas terras, como Jeremias, suas vacas, como Amós, ou sua casa, como Miquéias. Aní são aqueles que estão sendo pisados pelo sistema dominador da monarquia, da cidade.

Por isso, dizer que o profeta é o portavoz de Deus, não é suficiente para entendê-lo. Ao mesmo tempo que o profeta é o portavoz de Deus, é o portavoz do aní. Da boca do profeta sai a palavra de Deus e sai o grito dos oprimidos. A fidelidade do profeta é dupla: é fidelidade ao Deus dos pobres e ao mesmo tempo, fidelidade aos pobres de Deus. Não há separação entre Deus e os pobres no grito do profeta. Da garganta do profeta sai o grito do companheiro pisado, e diz: Não! Deus não quer isto! O profeta grita e aponta os caminhos para a saída da situação de opressão.



EXPERIÊNCIA

As cheias e a solidariedade no Acre

DARLENE BRAGA*

O Rio Acre é um rio que tem sua nascente no Peru e que deságua no Brasil, percorrendo mais de 1.190 km desde sua nascente até a desembocadura no rio Purus, na cidade de Boca do Acre (AM). O vale do rio Acre é bastante povoado, tendo como principais cidades Iñapari (Peru), Cobija (Bolívia), Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco, Porto Acre e Boca do Acre.

Em janeiro de 2012 o estado do Acre e o sul do Amazonas (Boca do Acre) viveram a maior alagação já vista. No Acre, o nível do rio atingiu 17,66 m desabrigando aproximadamente 133.290 famílias. Falar da alagação no Acre é falar do flagelo de inúmeras pessoas que escolheram as margens do rio para viver. A visão era desoladora. Testemunhamos a agonia, o sofrimento e o flagelo das comunidades ribeirinhas atingidas pela enchente, desde a foz, nas pequenas vilas de Tahuamanu (departamento de Madre de Dios), no Peru, até a cidade de Boca do Acre no Amazonas. A enchente do rio Acre foi considerada uma das maiores catástrofes naturais de que se tem registro no estado.

Os ribeirinhos são populações tradicionais que vivem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal



Foto: CPT Acre

como principal atividade de subsistência, e cultivam pequenos roçados para seu consumo próprio. Vivem sem “os confortos” das grandes cidades e utilizam a prática do bem viver. E foram eles os mais prejudicados pela alagação, perderam seus roçados, hortas e toda sua produção.

133.290 mil pessoas, ou seja, 18% da população do estado foram desabrigadas pela alagação nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri, Por-

to Acre, Rio Branco, Manuel Urbano, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul e Boca do Acre/AM.

No Acre, prefeituras e estado trabalharam de mãos juntas para assistir todas as famílias. A sociedade acreana se mobilizou em torno da solidariedade, eram muitos donativos, coleta de alimentos, atividades educativas no Parque de Exposição (local onde se concentrou o maior alojamento das famílias desabrigadas).



Foto: CPT Acre



Foto: CPT Acre

A CPT Acre, neste momento trágico, não ficou ausente. Cumprindo a missão de acompanhar os pobres da terra e das águas, ser presença fraterna e afetiva, visitamos as famílias do rio Purus, levamos nossa solidariedade, distribuímos alimentos e vestuários.

Os ribeirinhos das cidades atingidas perderam tudo. Perda total do roçado de mandioca, banana, grãos e frutas. Como no Acre o governo assumiu junto com a sociedade a campanha em prol dos alagados, nos deslocamos para Boca do Acre, onde as famílias estavam sem assistência nenhuma. Percorremos o município para viver e nos solidarizar com os ribeirinhos e as ribeirinhas. Ao invés de carro, fomos obrigados pela força da natureza a utilizar canoa a remo na cidade, no rio Purus utilizamos motor de rabeta. Os rios estavam caudalosos e vorazes, com uma força inacreditável.

Sáímos dos nossos locais de atuação e fomos para Boca do Acre, sul do Amazonas. Levamos nosso auxílio, dividimos os sofrimentos e compartilhamos as responsabilidades, como diz Paulo na carta aos Gálatas: “Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo”, Gal 6,2. Mas, fizemos pouco, pois eram centenas de famílias e não conseguimos visitar todas, porque também somos poucos.

Conhecer, viver e sentir a dor do povo fez a CPT redefinir sua atuação nos meses de fevereiro a março. Nestes meses nos dedicamos sem limites às famílias ribeirinhas que estavam desabrigadas no município de Boca do Acre.

Realizamos uma campanha de arrecadação de alimentos e vestuários para ajudar as famílias a minimizar sua dor. Entregamos, comida, vestuário e doamos nossa solidariedade e amizade às famílias.

*Coordenadora da CPT Acre.

CULTURA

Coração de Poeta*

(Para dizer adeus a Manelão)

A CPT presta homenagem a essa grande figura da cultura popular de nosso Brasil rural.

Foto: João Zinclar



Manelão no III Congresso da CPT, em Montes Claros, MG, 2010

As vezes fico a pensar
Acho mesmo que a matutar
Como os poetas surgem?
Ou onde realmente é o seu lugar?

Alguns rimam
Outros divagam
Mas mesmo sem nos conhecer
É pra dentro de nós que falam

Pode ser pouco letrado
Como Patativa do Assaré.
Ou como Manelão
Sábio em tudo que precisava dizer.

E volto a me perguntar:
Será que os poetas
surgem das águas
para nossa alma Lavar?

Ou pra ser poeta
tem que saber rezar ?
Acho que sim!
Pois no Araguaia vi Manelão se batizar.

Hoje uma certeza tenho:
Poeta tem coração,
corpo franzinho
e anda com os pés no chão.

*Jane Silva - Vivente que usufruiu do privilégio de pisar o chão que Manelão marcou com seus passos.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐	Brasil	R\$	10,00
☐	Para o exterior	US\$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA